

União pela regulamentação da EC 29

Sob a liderança da Frente Parlamentar da Saúde, entidades ligadas ao setor promoveram ato público em Brasília em defesa da regulamentação da EC 29, que garante verbas ao setor público

A Frente Parlamentar da Saúde, as entidades médicas nacionais e os principais representantes do setor promoveram ato público em prol da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, no dia 5 de abril, na Câmara dos Deputados, em Brasília.

Cerca de 250 representantes de várias entidades do setor, todos vestidos com jalecos brancos, pediram a inclusão do Projeto 1/2003, do deputado Roberto Gouveia (PT-SP) na pauta de votação. De acordo com o Projeto, a União deverá aplicar pelo menos 11,5% de suas receitas correntes brutas no setor

de saúde, descontadas as transferências constitucionais. Os Estados e o Distrito Federal aplicarão no mínimo 12% da arrecadação de impostos, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos municípios. Estes, por sua vez, aplicarão pelo menos 15% de sua arrecadação na área. O Projeto proíbe a inclusão nesses percentuais de despesas com ações que, mesmo determinantes e condicionantes para a saúde, não são típicas do setor. O texto exclui especificamente os gastos com o pagamento de amortizações, juros e encargos da dívida pública, e de encargos previdenciários.

Foto: Márcio Arruda



O presidente da AMB, José Luiz G. Amaral, discursa durante o ato pela regulamentação da EC 29, na Câmara dos Deputados, em Brasília

Entre os presentes à manifestação, destacaram-se os presidentes da Associação Médica Brasileira, do Conselho Federal de Medicina, Federação Nacional dos Médicos, Conselho Nacional de Saúde e dos Conselhos Regionais de Medicina de Mato Grosso, Minas Gerais e Alagoas.

O presidente da Frente Parlamentar, deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), lembrou que a proposta já foi aprovada por unanimidade em todas as Comissões. Na opinião dele, a votação do Projeto em plenário vem sendo impedida pela área econômica do governo. Ele afirmou também que a sociedade precisa cobrar a regulamentação da emenda para que os governantes tomem alguma atitude. “A população necessita da regulamentação da emenda”, acrescentou. Já o presidente da AMB lamentou a atitude das autoridades.

“É com bastante tristeza que vemos o tempo e os representantes passarem e continuar o mesmo desrespeito com a saúde”, afirmou José Luiz Gomes do Amaral. “Mas acredito que os brasileiros lutarão com energia e, com certeza, a justiça prevalecerá”, completou.

O 3º vice-presidente do CFM, Clóvis F. Constantino, defendeu que o exercício adequado e responsável da medicina não consegue sobreviver sem recursos suficientes. “Chega de fantasia no direcionamento das verbas, precisamos de recursos para a saúde, só assim os médicos poderão oferecer um serviço de qualidade”, disse.

Em seguida à manifestação, no período da tarde, foi formada uma Comissão para apresentar o Projeto ao presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo.

Estudo da Unifesp defende aumento de investimentos

Se o Brasil não obtiver um crescimento econômico expressivo e sustentável durante os próximos 20 anos e se não equacionar o problema da excessiva concentração de renda, em 2025 o país terá que direcionar aproximadamente 12% do PIB apenas para manter o padrão atual de assistência à saúde e que consome atualmente cerca de 7% a 8% do PIB. Esta é uma das conclusões de um estudo desenvolvido pelo Centro Paulista de Economia da Saúde (CPES), da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Conduzido pelo médico e economista da saúde Marcos Bosi Ferraz, o estudo projetou alguns cenários possíveis para a economia e o setor de saúde para os próximos 20 anos, considerando variáveis como o aumento da população neste período, o crescimento do PIB e da renda média do brasileiro, assim como o nível de eficiência de nosso sistema de saúde.

Numa das hipóteses levantadas, se o PIB brasileiro crescer apenas em torno de 3% ao ano – algo muito próximo ao resultado de 2005 e do desempenho médio anual no período de 1985 a 1994 e no de 1995 a 2004, que foi de 2,42% – o país será obrigado a elevar acentuadamente o percentual do PIB dedicado a financiar o SUS e o sistema suplementar de saúde.

A distribuição da renda e a evolução do ganho salarial médio do brasileiro também são componentes importantes na análise. Isto porque, além do crescimento vegetativo da população, mantidas as tendências do setor de saúde e o modelo de assistência atual, o SUS deverá atender a uma parcela cada vez maior de pessoas que não terão mais condições de adquirir ou manter os contratos com as operadoras de planos de saúde do sistema suplementar.

Crise no setor privado

O estudo do CPES, que utilizou dados de diferentes fontes oficiais disponíveis, mostra que o ganho médio real do assalariado brasileiro vem se deteriorando ano a ano nas últimas duas décadas. Ainda de acordo com a Pesquisa sobre Orçamento Familiar do IBGE (2003), do total de suas receitas, o brasileiro direciona em média 5,35% para os gastos com assistência à saúde.

Na análise de cenários futuros, Ferraz avalia que, se a renda em termos reais continuar relativamente no mesmo patamar, em 2025 os gastos com saúde consumirão 14% do orçamento familiar. Se a renda média familiar cair 1% ao ano, este percentual subiria a 17%. Mesmo na otimista perspectiva de que a renda cresça 1% ao ano, esse gasto será de 11%. Isto acontecerá porque, historicamente, a inflação dos gastos com a assistência à saúde costuma ser maior que a inflação geral.

Para o diretor do CPES, o caos no sistema de saúde só não se tornará realidade caso algumas pré-condições sejam alcançadas: crescimento médio anual do PIB no período em torno de 5%; inflação geral menor que 5% ao ano; melhor distribuição de renda e renda média real do brasileiro com crescimento superior a 0,5% ao ano; sistema suplementar de saúde preservado; assistência à saúde oferecida de forma muito mais eficiente que a atualmente observada e feita mediante um planejamento de ações e escolhas visando o longo prazo.